

A FORMA POLÍTICA DA CRISE DO CAPITALISMO EM SUA FASE IMPERIALISTA*

Irma Antognazzi¹

Tradução² de Carla Luciana Silva³ e Gilberto Calil⁴

Resumo: Definir o conceito “crise” é uma tarefa urgente das ciências sociais não apenas para desenvolver teoria, mas particularmente para explicar as contradições atuais da humanidade e estar em condições de projetar políticas com o objetivo de transformar em realidade o dito de que “outro mundo é possível”. Este artigo tem como objetivo abordar questões teóricas referentes à teoria da crise, ao mesmo tempo em que situa a problemática na América Latina atual e particularmente na Argentina.

Palavras chaves: crise, crise do imperialismo; crise política na América Latina; teoria política da história.

Abstract: Defining the concept ‘crisis’ is a must for the social sciences, not only for developing the theoretical framework, but, particularly, for explaining the present-day contradictions of the human beings in order to be capable in planning politics to carry out that “another world is possible”. This article comprehends reflections on theoretical questions on the theory of the crises, and, at the same time, it places the question in Latin America and, especially, in Argentina.

Key words: crisis, crisis of imperialism; political crisis in Latin America; political theory of history.

* Este tema foi exposto pela autora pela primeira vez nas XV JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA, Tandil (Provincia de Buenos Aires, Argentina) em outubro de 1996, no Simpósio “Crisis del capitalismo contemporáneo”. Uma versão desta apresentação, “Forma política de la crisis en la Argentina actual” foi publicada em *Anuario* N° 18, Segunda época.1997- 1998 (Escola de História da Facultad de Humanidades e Artes. Universidade Nacional de Rosário. Argentina). A versão aqui publicada é inédita.

1 Docente titular da cátedra Problemática Histórica da Facultad de Humanidades e Artes da Universidad Nacional de Rosario entre 1985 e 2005. Diretora do Grupo de Trabalho HACER LA HISTORIA, Argentina.

2 Nota dos tradutores: como regra, os textos citados em espanhol foram traduzidos a partir das citações. No caso do texto de Gramsci, utilizou-se o texto da tradução brasileira disponível em Gramsci, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere*: Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

3 Professora Adjunta dos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e integrante do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder.

4 Professor Adjunto dos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e integrante do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder.

As crises são fenômenos naturais, mas também históricos

O termo crise⁵ é um dos mais repetidos nos fóruns acadêmicos, empresariais e políticos de todo mundo, além de ser usado na vida cotidiana por pessoas de diversos setores sociais e culturais. No entanto consideramos que é necessário aprofundar a definição do conceito. Em mãos de economistas e de sociólogos resulta uma mera enumeração de cifras e dados dispersos. Ainda que se agreguem distintas qualificações ao termo **crise** (econômica, política, cultural, dos partidos políticos, da família, terminal, conjuntural, etc), raramente se aborda o processo histórico que as gera. Os acadêmicos costumam dar por subentendido o significado do termo.

A história é o movimento das sociedades, produto das ações humanas – com consciência ou não delas - em um cenário no qual opera a natureza que em grande medida foi modificada pelo homem e suas culturas. Esta **história-vida** ainda que inclua fenômenos subjetivos na sua construção, se faz material e adota formas próprias no seu movimento e transformação – não lineares, nem regularmente progressivas – que é possível conhecer em aproximações sucessivas. Na medida em que se avance nesse conhecimento, se poderá operar com muita possibilidade de êxito sobre a mesma. Não estamos frente a um ser vivo nem a uma máquina. Trata-se de uma matéria complexa sobre a qual operam “infinitos paralelogramas de força”, como disse Engels, resultando numa direção da história não desejada por ninguém em particular.

A dialética materialista em contraposição à metafísica e ao mecanicismo nos diz que é necessário conhecer os processos totais e não apenas os elementos isolados para alcançar uma panorâmica da dinâmica dos processos em nível nacional, regional ou mundial.

Dentro da trama complexa da história das sociedades humanas, as crises de diversas magnitudes e qualidade são fenômenos naturais, pois são produto da história. Os indicadores monetários, econômicos, os movimentos dos mercados ou as variáveis estatísticas de fenômenos sociais servem para meras descrições de crises particulares, mas de nenhuma maneira são suficientes para explicar o processo histórico que as produz nem para poder fazer um prognóstico do mesmo.

Neste momento da história mundial, planetária, o processo a estudar não é nem mais nem menos que o desenvolvimento do capitalismo e das forças que prenunciam novas formas de transição, também originadas no interior desse fenômeno, - capitalismo em sua fase imperialista-, produto histórico que foi capaz de se espalhar e contaminar todo o planeta. É o fenômeno denominado sem muita precisão de “globalização”, ainda que seja mais apropriado o conceito de “imperialismo” desenvolvido por Lênin a partir de seu estudo concreto do processo que pode ser observado a partir de começos do século XX.

⁵ Em japonês, a palavra crise é representada com dois ideogramas: um cujo significado é **perigoso**; e outro cujo significado é **momento**.

O conceito de “crise”. Uma primeira aproximação é a seguinte: crise=ruptura

Definir o conceito “**crise**” é uma tarefa urgente das ciências sociais para desenvolver uma teoria das crises e das transições, para poder explicá-las e estar em condições de definir políticas com o objetivo de tornar realidade que “outro mundo é possível”. Em seu uso mais freqüente nos discursos massivos, inclusive nos círculos acadêmicos, o termo “**crise**” é usado com o sentido de “doença”, “acidente”, “problema”, “deformação”, como se se tratasse da quebra de uma suposta normalidade, equilíbrio, harmonia ou estabilidade dos processos históricos, econômicos, sociais, etc. No imaginário coletivo está instalada a ilusão de equilíbrio, harmonia, opostos à “**crise**”, de onde vem a idéia conservadora, de manter o status quo tratando de extirpar ou isolar os agentes provocadores da “**crise**” (estrangeiros, portadores de idéias exóticas, “subversivos”, etc), entendida como alteração não desejada de uma suposta ordem necessária. Essas idéias que na aparência são verossímeis, são expressão do idealismo que sustenta a teoria estruturalista e outras formas subjetivas de esconder a realidade, cujos portadores e difusores são as classes dominantes e os setores influenciados (alienados) por elas.

Essa concepção reforçada pelos discursos “oficiais” provenientes do poder, sustenta que os conflitos sociais são produzidos artificialmente, produtos de dirigentes “autoritários”⁶ ou de políticas que tentam romper a suposta harmonia. É comum que se associe “a crise” com fome, desocupação, corrupção, delinqüência, fechamento de fábricas, etc, qualificando tais indicadores como transitórios e lamentáveis, mas como pendências a corrigir. Por quem? Por que se teriam produzido? Por que perduram como **problemas** pendentes? Problemas que em geral não são formulados, e muito menos respondidos. Essas afirmações de uso corrente para o discurso massivo implicam também na concepção de crise como fenômeno anormal, produto de que não se teria traçado as políticas adequadas para evitá-la. Ainda que conscientemente muitos dos autores não assumam o estruturalismo (porque afirmam que já não tem vigência as “mega-teorias” - nem a estruturalista-sistêmica, muito menos o materialismo histórico), concebem a crise como um *desajuste do sistema, desequilíbrio* lamentável a corrigir com políticas apropriadas que permitam recuperar o equilíbrio perdido, o status quo normal. Pode ser um discurso enganoso para conseguir consenso, mais que o pensamento dos intelectuais do poder financeiro que tem claro que estão pisando em um terreno movediço produzido pelas contradições que não podem resolver.

⁶ Na Argentina o discurso “oficial” do poder financeiro atribui essa característica ao ex-presidente Kirchner e a presidente Cristina Fernández de Kirchner, do mesmo modo que a imprensa internacional o atribui ao presidente Hugo Chavez da Venezuela. Todos os conflitos seriam provocados e não objetivos enfrentamentos de classe.

O materialismo dialético é um guia para descobrir a base material dos conflitos que levam a distintos tipos de ruptura, e, portanto, a distintos tipos e magnitudes de crises, situações sobre as quais é possível operar politicamente. De fato distintos atores sociais o fazem com ou sem consciência disso. Ou seja, por um lado as crises são naturais, necessárias, mas para além disso é possível operar politicamente sobre as mesmas e até provocá-las, detoná-las, postergá-las ou amenizá-las.

A partir do marco teórico materialista dialético que localiza o motor da transformação das sociedades nas contradições inerentes à matéria social, as “crises” são momentos de saltos qualitativos. Essa afirmação é produto da descoberta de que não existe uma forma progressiva, linear e gradual do movimento das sociedades, mas saltos em quantidade (que são por sua vez acumuláveis e resultam em saltos de qualidade; quantidade / qualidade / quantidade). Mas por isso mesmo, porque cada mudança em quantidade é por sua vez um salto de qualidade a partir de outra perspectiva, as crises podem ser de índole diversa, produzir-se em distintos planos da sociedade, envolver zonas ou territórios diversos e serem detonadas em distintos momentos do processo histórico (ANTOGNAZZI, 1997^a). Conhecer esses momentos de rupturas no processo histórico pode dar elementos ao historiador para periodizar a história, descobrindo as rupturas objetivas e propondo outras que emanem de sua área de investigação.

Para uma teoria das crises

A crise global atual não é um simples produto de erros ou de políticas. É a expressão de um ponto agudo de caducidade do capitalismo em sua fase imperialista, que já suportou sucessivos remendos, mas põe em evidência contradições letais.

A unidade dialética entre forças produtivas e relações de produção, a lei fundamental do desenvolvimento social, está nos alicerces de uma teoria da crise. A tal ponto é importante essa contradição, que entendemos que ali radica a essência do conflito que está vivendo hoje a humanidade. Somos conscientes de que com isso que enunciamos nos confrontamos com muitos intelectuais de renome que consideram que esses enfoques teóricos saíram de moda e mostraram sua futilidade.

A teoria explica que o crescimento das forças produtivas em um complexo jogo de fatores – não linear nem progressivo, nem possível de ser predeterminado; vai se dando com o agravamento das tensões dentro das relações de produção, mas mantendo-se sem alterar a essência do modo de produção apesar de numerosas e profundas mudanças. A tensão entre ambos os pólos - forças produtivas e relações de produção - cresce, se agrava (ainda que nunca linearmente, mas em um intrincado e fascinante jogo dialético de negações materiais e subjetivas). Mas essa relação histórica de tipo econômico-social não

é suficiente para romper a unidade dialética que conformam. Um modo de produção não acaba em ruptura final apenas por esse jogo dialético material. Pensar assim seria cair em um determinismo economicista que tiraria o protagonismo dos homens na história. Nesse processo de tensões, composto de sucessivas crises, rupturas e mudanças que saltam o fosso de um processo contínuo e progressivo, vai se alimentando com fatores extra-econômicos, criando condições propícias para uma mudança de outras dimensões, uma ruptura radical. A ação de fatores extra-econômicos joga um papel importante sobre a base material e por momentos chega a ter certa autonomia para condicionar e forçar o desenvolvimento da base econômico-social.

A partir de um enfoque macro, “a crise” mais profunda é aquela que altera as relações de poder político em uma sociedade. O tipo de crise de maior magnitude histórica conhecida é a **crise revolucionária**, é o pico mais alto da tensão quando há condições materiais e subjetivas para que se modifique bruscamente o poder de uma sociedade, criando novas formas que substituem as velhas em uma duração que varia segundo a correlação de forças e as condições internas e internacionais em que esses fatos se produzam. Lênin afirmava que detectar a situação de crises e atuar politicamente nessa conjuntura segundo os interesses do povo é, primeiro, uma ciência, mas nos fatos mesmo, uma arte. Na citação seguinte se evidencia o entusiasmo com que Engels analisava alguns momentos de crise: “que as crises são uma das alavancas mais poderosas do levantamento revolucionário já foi afirmado no Manifesto Comunista e foi tratado em detalhe até 1848 inclusive em análise parecida no *Neue Rheinische Zeitung* onde, no entanto, também se mostrava que a volta à prosperidade igualmente rompe as revoluções e recoloca as bases da vitória da reação” (Marx-Engels, 1972, p. 79). Marx disse:

“As chamadas revoluções de 1848 não foram outra coisa senão pobres incidentes, pequenas fraturas e fissuras na seca crosta da sociedade européia. No entanto, denunciaram o abismo. Por baixo da superfície em aparência sólida, mostraram oceanos de matéria líquida que apenas necessitam expandir-se para se reduzirem a fragmentos continentes de rocha dura. Ruidosa e confusamente proclamaram a emancipação do proletariado, ou seja, o segredo do século XIX e da revolução desse século” (Marx-Engels, 1972, p. 83).

É certo que a ruptura da unidade dialética “formação econômico-social” não significa que simultaneamente desapareçam ou sejam substituídos todos os aspectos da sociedade anterior. As crises ou rupturas não se dão de uma vez para sempre, nem são produzidas em torno a um fato único. Dão-se dentro de um processo que adota características particulares em cada caso e que dá origem às transições particulares, únicas e irrepetíveis.

A mudança brusca e completa do tipo de sociedade, a crise em toda sua profundidade, moveria as configurações essenciais: o poder do Estado, e, portanto, o tipo de Estado. Mas não se trata de qualquer mudança do Estado como pode ser a simples passagem de uma administração de governo a outra, ou de governos

civis a militares ou vice-versa. Tais mudanças por si só não levam a mudanças revolucionárias, mas trazem consigo múltiplas **rupturas – crises** de diversas características e alcance que não são instantâneos nem simultâneos. Têm distintos tempos de duração.

A ruptura - o estalido da unidade dialética formação econômico-social - se produz na superestrutura. Quando se estilhaça o plano do político, o campo de poder e seus aparatos de controle e repressão; quando uma classe ou setor social (ou alianças), em suma um novo bloco político de força social, se fez dono das rendas (o gerenciamento) do poder e o exerce com um projeto que responde a outros interesses, sob o qual deixou de ter vigência o anterior, então, se trata de um salto qualitativo, com caráter de salto revolucionário.

Não é esta uma descrição de um caso concreto; cada caso é único, original, irrepetível. Estamos trazendo uma ferramenta teórica, útil para caracterizar os processos históricos e operar sobre eles. Reiteramos a observação porque é comum confundir teoria com história, teoria com prática. Este enfoque teórico predispõe ao científico e ao político de maneira oposta ao que prescreve o estruturalismo. Ao admitir o caráter “necessário” (natural) das “crises”, abre as possibilidades para conhecer os fatores em jogo, as contradições que estão operando para produzir as mudanças (quantitativos e qualitativos). Mas ao mesmo tempo, coloca o intelectual e o político frente a um movimento não predeterminado, mais ainda, cheio de indefinições, incertezas e acasos, um campo para modificar em uma direção definida, na medida em que se possa conhecer e controlar a maior quantidade de interesses e forças que atuam em cada circunstância, em cada situação histórica concreta.

A “crise” neste marco teórico é entendida como o momento de tensão entre pólos opostos de uma unidade, contradições materiais objetivas, mas onde atuam fatores de consciência ou vontades que buscam, sem propor ou ainda mesmo propondo, objetivos diversos e até antagonicos, **tensão que leva à ruptura de uma unidade ao mesmo tempo em que cria condições para o surgimento de outra nova**. Não se trata de simples palavras. Nos discursos “oficiais” a crise é vista sempre a partir do lado negativo, como catástrofe. Somente a teoria científica permite descobrir que a ruptura provocada nas crises carrega consigo novidades que partindo de pequenos indícios, é necessário e possível observar para poder estimular.

Mas para explicar a crise não bastaria centrar a análise nesse único plano. É imprescindível descobrir as diversas formas que adotam os momentos críticos do movimento das sociedades, as inflexões dos processos, e por consequência, as possibilidades da ação transformadora consciente. Quanto se pode influenciar a partir das condições objetivas se nós as conhecemos? Como atuar sabendo que as ações – que nunca são *soma zero* – podem tornar antagonicas contradições que objetivamente não são ou aprofundar a força de choque em situação que não convém para os objetivos populares?

Hoje são os aparatos governamentais que provocam deliberadamente a crise, que "põem em crise" a economia, como uma tripulação "avaria" um navio em certas circunstâncias críticas. Naturalmente, este colocar em crise não é resultado de um desejo gratuito dos dirigentes, mas de sua reação deliberada frente a uma nova configuração das principais variáveis econômicas. A crise é, portanto, sofrida e desejada; o aparato estatístico de que dispõem os estados modernos permite uma certa precisão a curto prazo e lhes dá a possibilidade de desencadear as ações apropriadas quando os indicadores econômicos alcançam um valor crítico. (Brochier, 1979, p. 152-153).

Hoje estamos em condições de ampliar a observação que fazia Brochier, em 1979, tornando-a extensiva à capacidade política dos grupos financeiros transnacionais que superam as fronteiras dos estados nacionais e que atuam deliberadamente para produzir certos efeitos de acordo com seus interesses. Entre suas políticas está produzir artificialmente rupturas/crises e tratar de evitar ou blindar outras que possam afetar seus interesses. Ocultar a raiz da crise objetiva do capitalismo / imperialismo e certas contradições ou incentivar outras, é uma estratégia fundamental dos grupos de poder financeiro. Nesse jogo de pressões e decisões, o poder financeiro não opera sobre um cenário vazio, mas que se choca com as vontades e interesses dos diversos setores sociais. A história mostra a presença de fatores extra-econômicos como desencadeantes e componentes da crise.

Essa problemática de ação política sobre as contradições é parte de um debate que se abriu em princípios do século XX com a pergunta "reforma ou revolução"? O debate se aprofundou com Lênin, quando introduziu o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado (CME), valiosa ferramenta para conhecer o comportamento atual dos estados em mãos do poder financeiro. Prever ou desencadear uma crise, avaliar seu alcance e definir políticas para aprofundá-la ou postergar sua resolução, não são produto somente da ciência mas também uma arte, como dizíamos mais acima, e estão em jogo os interesses das classes em conflito, a dinâmica correlação de forças. Lênin via no imperialismo e na forma CME condições básicas que possibilitariam o desenvolvimento do socialismo.

É totalmente oportuno diante da situação atual da sociedade planetária, recorrer às palavras de Gramsci a respeito:

Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção [entre o orgânico e o conjuntural]. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do "ocasional", no qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só tem êxito e é "verdadeira" se se torna nova realidade, se as forças antagônicas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polémicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc, cujo caráter

concreto pode ser avaliado pela medida em que se tornam convincentes e deslocam o alinhamento pré-existente das forças sociais), que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, já que a não realização do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves). (GRAMSCI, 2000, p. 37).

Poderíamos concluir que “crise” é o contrário de “estagnação”. As mudanças que produzem viragens de tendência são expressões de crises. Pode-se falar de crises repetidas ou fenômenos recorrentes? De que modo intervém o tempo na transformação dos processos históricos? Como os processos sociais são irreversíveis, ainda que haja fenômenos que se mostrem como recorrentes, cada crise tem como resultado uma forma de resolução das contradições, uma nova estrutura que tem incorporada a anterior, segundo o explica a lei da negação da negação.

Sobre a concepção do tempo e do movimento é valiosa a contribuição das reflexões de Ilya Prigogine, que se assentando nos princípios já descobertos por Marx e Engels (ainda que nunca os cite) acerca das formas e do motor de mudança da matéria, aportando avanços recentes da física e da química, permite descobrir o papel das crises no processo de evolução, não predeterminado, mas aberto, gerador de “flutuações” nos momentos em que as tensões no interior da matéria vão saindo do estado de “equilíbrio” em um processo de irreversibilidade. As crises não são repetições, mas manifestações de processos de não linearidade, instabilidade e flutuações constantes entre a “ordem” e o “caos” (PRIGOGINE: 2004).

Os níveis da crise: a crise geral do capitalismo em nível mundial

A crise geral do capitalismo abarca – em medida e formas distintas – todos os aspectos da sociedade e todos os países e rincões do planeta. Adota formas particulares na transição entre um tipo de organização social, o capitalismo na etapa imperialista, e uma forma incipiente de experiência distinta, o socialismo, que a humanidade vem construindo desde princípios do século XX (KATZ: 2009 b). As idéias que desenvolve Marx no *Prefácio à Crítica da Economia Política*: “Nenhuma formação social desaparece antes de ter desenvolvido todas as forças produtivas que cabem em seu seio, e nunca aparecem novas e mais elevadas relações de produção antes que se tenham amadurecido no seio da sociedade antiga as condições materiais de sua existência”, constituem um guia metodológico, não apenas sobre a crise, mas também sobre as transições, que são as formas que adota a superação da crise.

A sociedade humana está vivendo a crise mais aguda e generalizada de sua história, onde se torna claro o esgotamento do capitalismo em sua forma imperialista mas onde, não obstante, não estão amadurecidas totalmente as

condições materiais nem subjetivas a nível mundial para que novas relações de produção cheguem a ser hegemônicas. Tampouco está predeterminado que a humanidade alcance esse nível de desenvolvimento. O planeta mesmo e as fontes para a vida humana estão em perigo. É uma corrida contra o tempo resolver a questão política a nível do mundo inteiro, pois se trata da vida no planeta.

Este plano objetivo da contradição a nível mundial necessita ser conhecido cabalmente. Dizíamos: “a humanidade se encontra em uma conjuntura de transição, onde, ainda que seja possível falar de crise do imperialismo – na realidade a grande crise-, o ponto crítico do qual pode surgir uma nova estrutura de organização social, ainda não foi alcançado” (ANTOGNAZZI, 1997/1998: p.135). Hoje podemos subscrever uma parte dessa afirmação, mas acrescentamos mais: estão surgindo na América Latina estruturas políticas, sociais, culturais e jurídicas que dão conta de como se materializam novas forças populares em novos balanços de correlação de forças, em passagens que são rupturas, acumulações em quantidade e novas qualidades sociais e políticas, novas formas de protagonismo e por consequência de democracia. Novas formas de poder popular e estruturas jurídicas que as legalizam.

A história em seu fascinante movimento foi colocando marcos até chegar a este ponto em que se multiplicam casos de ruptura do Estado capitalista para formas novas de poder popular. Olhando a história concreta, o mais interessante de observar como transição no caminho de rupturas mais profundas são Venezuela, Bolívia e Equador desde inícios deste século XXI. Nesses casos se moveu a correlação de forças a favor dos povos ao ponto que fica claro que há uma disputa de poder, uma luta de contrários, uns para manter o poder do Estado alcançado e outros para evitar as perdas de poder que vão sofrendo. Uns e outros não são dois blocos homogêneos, mas repletos de numerosas contradições.

Contrariamente às versões que sustentavam os ideólogos do imperialismo, de que se havia alcançado a “estabilidade” (leia-se “fim da história”, fim das “crises”) porque havia “triunfado” o neoliberalismo, na verdade nunca como até agora tínhamos chegado num ponto tão agudo de instabilidade em todo o mundo capitalista, arrastando consigo toda humanidade, que é nem mais nem menos que o alvorecer de uma ruptura catastrófica do velho, da velha ordem frente aos novos brotos que a partir de diversos pontos do planeta começam a aparecer.

O poder financeiro necessita frear sua queda. Tenta passar do rei “mercado” da etapa das políticas neoliberais ao rei “Estado”, como manobra para retomar estabilidade. Desde seus bunkers de poder imperialista ocultam que se trata dos mesmos estados, em sentido de classe, no sentido leninista – recorrendo agora a outras argúcias implementadas por outras – ou pelas mesmas – frações da burguesia. Estas manobras – apoiadas nos meios massivos de comunicação de que dispõem – são buscas desesperadas do grande poder transnacional que não deixa de recorrer às armas (bases militares, empresas privadas de gestão de guerras, invasões diretas ou indiretas) que indicam que tem recrutado o poder militar para preservar os lugares de poder enquanto a crise geral vai se agravando

sob seus próprios pés. E que é certo, necessitam eles mesmos manter “a governabilidade” que temem perder.

As crises que fizeram época e os recursos políticos para superá-las

No século XIX a reiteração periódica das “crises” havia chamado a atenção dos estudiosos: a quebra da bolsa, queda da demanda, dos preços, mão-de-obra arrastada à greve forçosa. A princípios do século XX a idéia da *previsão* das crises (posto que pareciam obedecer às leis de uma certa periodicidade) passou a ser uma preocupação fundamental dos economistas, e se criaram institutos para a observação dos índices econômicos. A Primeira Guerra Mundial evidenciou que se estavam acumulando condições para a crise do capitalismo, agravando as contradições dentro da burguesia e mostrando os abismos que se abriam entre os interesses das burguesias monopolistas e os povos. Nesse processo de agudização das contradições se produziu a Revolução Russa, que tornou visível a crise política do sistema capitalista mundial, uma brecha por onde se abriram outros processos de crise política que se expressaram em outros estados de maneira incipiente: “A crise justificadamente mais famosa da história contemporânea, a de 1929, não foi evitada e resultou decisiva para impor nas mentes dos economistas, dos políticos e dos historiadores a idéia de que o movimento espontâneo dos fenômenos econômicos – a conjuntura - era sem dúvida um fator histórico fundamental” (VILAR, 1982: p.. 83) Essa crise foi encarada com as políticas keynesianas que criaram a ilusão que desde então seria possível controlar as quedas bruscas e cíclicas da economia:

“Entre 1950 e 1970 as intervenções calculadas na vida econômica – planificações, investimentos públicos, modificações monetárias, manipulações da taxa de juro – fizeram passar ao segundo plano, durante algum tempo, a preocupação pelos ciclos e pelas crises, que, no entanto, seguiam tendendo a se manifestar nas economias de livre empresa, ainda que sua magnitude tenha sido reduzida. (...) Os anos 70 revelaram outro tipo de crise”. (VILAR, 1982: p. 83)

O capitalismo saiu da crise de 29 com a inteligência e capacidade política de seus intelectuais, criando novas estruturas e funções do Estado frente às experiências socialistas que estavam sendo feitas na URSS. A burguesia tinha recursos para seguir usufruindo das forças produtivas renovadas.

A chamada “crise do petróleo” em 1974-75 fez tropeçar as economias dos grandes países consumidores / compradores ante o aumento do preço do petróleo bruto. Mas conseguiram se recompor como captadores financeiros dos petrodólares e com a emissão de políticas para o endividamento forçado dos países do Terceiro Mundo. A “crise” havia sido “superada” novamente, com uma nova estrutura que reforçava a dependência econômica e financeira aos centros de poder mundial e criava condições para um aumento dos laços de dependência política dos países da chamada “periferia”. Mas paralelamente os catastróficos

efeitos sociais da concentração do capital criaram condições nas quais começaram a se desenvolver em toda a área da América Latina organizações revolucionárias alentadas com a experiência do Vietnã e sobretudo com a Revolução Cubana.

Nos anos 80/90 tivemos grandes terremotos econômico/financeiros, desde o México até o Sudeste Asiático, verdadeiros tsunamis que moveram as fundações do capitalismo a nível global.

Na etapa atual, neste 2009, a crise mundial do capitalismo é mais aguda que nunca e mais afastada de um idílico ponto de “estabilidade” e de soluções fáceis. A corrupção e a quebra generalizada de empresas, a miséria crescente relativa às grandes e obscenas fortunas, as guerras militares e midiáticas como novas formas de penetração e invasão que avassalam a livre determinação dos povos, contrastam com a meridiana claridade com que a grande parte dos povos do mundo identificam aos minúsculos setores do poder financeiro transnacional que ficaram expostos em uma vitrine. Já não podem ser ocultados. Complexos mecanismos financeiros, que afastados da base econômica criaram bolhas de movimentos de capital que agora estouraram e se despedaçaram. Concomitantemente, o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas que já assinalamos, chegou a níveis inimagináveis há pouco tempo atrás. A crise está dentro da própria burguesia, e particularmente dentro das camadas da burguesia transnacional, e as empurra à corrupção e à guerra (com formas de guerra econômica e financeira além dos enfrentamentos militares) e a lançar políticas antipopulares como são as formas de “ajuste” e de repressão material, intelectual ou psicológica, que os isola das massas e lhes faz perder consenso.

Chegaram a tropeçar massivamente os nichos do capital financeiros dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, obrigando seus governos a salvamentos financeiros para evitar que a história lhes desmonte seus próprios estados capitalistas e se arruinem seus negócios a nível mundial, arrastando consigo a uma desorganização generalizada das tramas mundiais e locais de controle e de sucção das riquezas para os centros hegemônicos de poder financeiro e político. A história mesma os está obrigando a recorrer às únicas receitas que conhecem ainda que agora seja mais difícil que nos anos 1930. Os grandes polvos financeiros têm mais poder e exigem recursos dos estados, estes estados, em mãos do grande poder financeiro tentam por todos os meios manter as regras do jogo capitalista ainda que saibam de sua agonia.

A crise não é somente a queda e morte do velho, mas o nascimento do novo que nasce das cinzas do velho. Os intelectuais orgânicos do poder financeiro o sabem e passam o alerta aos seus chefes: atenção! Os povos estão experimentando formas novas de democracia com poder popular. Os políticos do sistema ordenam primeiro desinformação e enganos variados, mas sabem que para o controle efetivo estão dispostos a recorrer à repressão e formas diversas para provocar a destituição dos governos democraticamente eleitos. Necessitam abortar esses novos brotos que estão nascendo com força a partir do centro da terra na Venezuela, Equador, Bolívia, mas também na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras.

Está sendo formado um bloco político, a UNASUR, e, além disso, os governos da América Latina com escassas exceções acordam políticas nos fóruns internacionais e tomam iniciativas, como a mais recente em que propõem convidar ao próprio presidente dos Estados Unidos para que fale ele mesmo o que pensa fazer com sua política exterior.⁷ Apesar de que não haja suficientes forças sociais AINDA capazes de dar um salto substancial diante da crise / ruptura que já se visualiza, estão sendo criadas condições e substantivos avanços na região latinoamericana, incluindo não apenas América do Sul, mas também a América Central. Estas forças também são parte da trama da crise, promissoras vertentes de mudança que a humanidade necessita.

Voltando aos aportes teóricos

Como dissemos mais acima, a crise que está sendo operada no mundo de hoje é o ponto de máxima tensão (sem precisão quanto à duração) a que chega um processo histórico até a ruptura de uma “ordem existente” e o surgimento de uma nova. Não há vazios na história. Esse ponto de inflexão em que se abalam as fundações da sociedade e salta pelos ares muito do velho e emergem aspectos e fatores novos. Se bem que seja um fenômeno natural, próprio, necessário da matéria social, para que possa emergir o novo e se instale deslocando definitivamente o velho, é necessário criá-lo, descobrir essas possibilidades e, sobretudo, tomar consciência da necessidade da resolução da crise com uma nova estrutura de poder e portanto de organização social.

Os distintos setores da grande burguesia competem entre si para obter alavancas de poder, movidos entre distintas estratégias para perdurar. São conscientes do perigo que correm se a crise chegar a um nível letal para sua própria sobrevivência como classe. E seguem afiando suas ferramentas de repressão – se falham os mecanismos de busca de consenso através do recurso midiático – como forma ineludível de frear o avanço das forças contestatórias. Usarão todos os recursos possíveis incluindo os chamados “golpes suaves” até que uma mudança radical da correlação de forças os desaloje definitivamente do poder do Estado.

Os primeiros indícios de que estão sendo criadas condições que possibilitariam a resolução da crise mundial do capitalismo, e, portanto, as condições para sua destruição, foram detectados com o uso da teoria, em finais do século XIX ao modo dos astrônomos que puderam encontrar um novo planeta por cálculos matemáticos. O início de uma experiência de uma nova ordem social foi o socialismo surgido como os primeiros balbucios da humanidade depois da Comuna de Paris e a partir do triunfo da Revolução Russa. Não chegou a ser hegemônico a nível mundial. Não vamos desenvolver aqui esse processo. Mas

⁷ Proposta na reunião da UNASUR (Unión de Naciones del Sur), Guatemala, agosto de 2009.

nos interessa, sim, observar que a crise do capitalismo continua agravada. Não se avistam soluções aos problemas que o imperialismo criou a partir de dentro de sua própria estrutura. A partir da superestrutura ideológica do imperialismo se trata de ocultar as profundas contradições, usando o conceito de "globalização" como o fenômeno terminal, estável, pretendendo desconhecer a clareza com que Lênin descreve o fenômeno imperialismo como fase terminal do capitalismo. (ANTOGNAZZI, 1998)

Apontamentos sobre o caso da Argentina. Qual crise há na Argentina atual

Para além das aparências dos que quiseram mostrar o triunfo do neoliberalismo durante as décadas de 1980 e 1990 e as atuais políticas de intervenção do "Estado" (em abstrato e sem atentar para sua essência de classe), a crise mundial do capitalismo em sua etapa imperialista se fez evidente. Não é uma mera crise econômica. Os conflitos e tensões no plano propriamente econômico, ainda que tenham se revelado primeiro sobre o setor financeiro, chegaram a ser de tal magnitude no século XXI recém iniciado, que chegou a provocar efeitos no campo do político. Já em vários estados - já os citamos- se moveram a tal ponto as forças sociais que surgiram estados de novo tipo, com suas respectivas Constituições produzidas por Assembléias Constituintes populares.

Na Argentina, ao contrário, depois do grito "*que se vayan todos*" de 2001 (ANTOGNAZZI, 2002), as lutas populares voltaram a se restringir a processos limitados a pedidos ao governo para que atenda a diferentes demandas locais e parciais sem as vincular entre si, nem incluir como objetivo agrupar forças para a conquista do poder popular do Estado. O povo sem capacidade organizativa nem unidade política perdeu espaço na conjuntura. A burguesia voltou a ocupar o lugar que foi questionado em tão violentas jornadas de massas, ainda que com profundas contradições internas.

Um pouco de história

Desde a ruptura do estado-nação (que desenvolveu o projeto peronista dos anos 1940-50) e particularmente desde o projeto instalado em 1976, o sistema político argentino funciona entrelaçado com os interesses do grande capital transnacional.

Produto de um agudo processo de concentração e centralização (ASBORNO: 1992) uma camada cada vez mais reduzida da burguesia foi apoderando-se dos aparatos do Estado desde a queda do governo peronista em 1955 e possivelmente desde antes, mas tomou impulso nos anos 70, sobretudo a partir do golpe militar de 1976 e seguiu crescentemente durante a democracia a partir de 1983.

Esse fenômeno anunciou uma crise de magnitude diferente de todas as anteriores, pois aumentou o campo objetivo de enfrentamento social (ANTOGNAZZI: 1997-1998 d) que começou a se evidenciar nos anos 70.

Nos anos 60-70, uma parte da sociedade argentina, vítima das consequências do processo de concentração do capital, embalada pelo crescimento do campo socialista e influenciada por organizações revolucionárias que haviam surgido de seu seio, questionou, pela primeira vez, o poder da burguesia como classe. Esta disputa que levou a luta de classes ao nível de uma guerra contra-insurgente (IZAGUIRRE, 1995) a partir do Estado terrorista, é uma das características essenciais que mostra o nível da crise do Estado da burguesia que já não podia se sustentar com seus próprios aparatos legais. Estava em jogo a disputa do poder. Foi tão profunda que necessitou dos aparatos armados das Forças Armadas e todos os aparatos de "segurança" para produzir uma aparente resolução, a paz dos cemitérios.

A passagem do "estado-nação" ao "estado das transnacionais" esteve marcada por sucessivas situações de crise que operaram na sociedade em distintos planos. Uma leitura política dessa crise poderia concluir que foi "resolvida" com a obtenção de uma relativa estabilidade para uma franja do capital financeiro com o golpe político militar de 1976. Durou pouco tempo. Em 2001 voou pelos ares essa relativa estabilidade diante do descontentamento popular, a indignação acumulada e o protagonismo que pela primeira vez reunia nas ruas camadas médias junto a desempregados, operários e pobres urbanos.

O que teve que se passar na sociedade para que a crise começasse a se manifestar na altura do poder do Estado? A crise econômica / financeira rebotou na superestrutura da sociedade. Alguns setores da sociedade começam a se colocar a disputa do poder e a criar condições para concretizá-la. Esta consideração, não apenas em termos discursivos, mas com ações de massa e luta armada, se fez presente na Argentina dos anos 70 através de diversas organizações populares e revolucionárias que foram derrotadas política e militarmente. Depois do violento golpe militar / financeiro com aplicação do terrorismo de Estado e a inescrupulosa e absurda "guerra de Malvinas" (1976/83) e as formas acomodadas da democracia "possível" desde 1983 com as seqüelas de desânimo e terror que deixou na sociedade, houve condições para que se estendesse em amplas camadas sociais a consciência da necessidade de uma transformação política profunda.

Explodiu o povo em 2001. Essas manifestações apontavam contra os donos dos bancos e os partidos políticos que sustentavam e engrenagem de corrupção, submissão e exploração. Foi um protesto generalizado de uma parte heterogênea do povo que coincidia com o descontentamento e com o alto nível de protesto político, mas que não continha nenhuma proposta, nem organização, nem havia destacado a nenhum dirigente que agrupara e o constituira como bloco político. Não pode prosperar. Apenas deslocou momentaneamente a burguesia financeira e os partidos do sistema que a representavam. O povo não foi capaz de concretizar o salto político. "Os de cima não podiam" (não puderam durante uma semana

em que estiveram mudando figuras para colocar no governo) e “os de baixo não queriam seguir como até então”, mas não estavam em condições de produzir o novo. Paradoxo da história. Foi a evidência da crise da representatividade dos partidos da burguesia e a insuficiência da força popular.

A burguesia financeira encontrou no pós-guerra das Malvinas uma “saída” com o início da etapa constitucional ao ter conseguido que as cúpulas dos partidos políticos tradicionais do sistema tenham expressado os interesses deste setor burguês, sob a justificativa de ser expressão da “democracia” que o povo reclamava. Nunca foi mais claro o conceito de consenso tal como o expõe Gramsci. Esses partidos serviram desde então de ferramentas do poder financeiro mascarado na forma de democracia “possível”, “representativa”, “liberal” que se instituiu não apenas na Argentina, mas em todo o continente como o prescreviam os documentos Santa Fé I e II sobre a política exterior para os Estados Unidos na época de Reagan.

Mas o poder material da sociedade não tinha se movido. O Estado seguia sendo aparato de poder dos grupos mais concentrados da economia e do capital bancário, ainda que sob governos eleitos constitucionalmente (administrações de Raúl Alfonsín, União Cívica Radical e Carlos Menem, Partido Justicialista). Ao continuar no novo contexto democrático o processo de concentração-centralização a ritmos cada vez mais acelerados, se agudizaram as tensões dentro da oligarquia financeira nativa e estrangeira, e com um campo social crescente de atingidos. Apesar de uma etapa de acordos e alianças entre os partidos do sistema - cimentada desde 1989- (primeira etapa das privatizações de empresas do Estado) a “estabilidade” foi efêmera. A crescente agudização de contradições que atuam como um vulcão em atividade foi acumulando mudanças em quantidade / qualidade até o estouro que citamos mais acima em dezembro de 2001. A crise política não estava conjurada. Apenas foi postergada sua resolução. Teria possibilidades de se resolver se chegasse a se constituir uma força social, capaz de disputar com êxito o poder contra a oligarquia financeira, as alavancas fundamentais da produção e reprodução da sociedade e não apenas uma mudança nos aparatos de governo.

Diversas formas e níveis da crise política na Argentina

A crise política é essencialmente crise do poder do Estado, ainda que se costume observa-la de uma perspectiva reducionista, limitando-a somente ao descrédito da sociedade em seu conjunto em relação aos partidos políticos. A crise política é o surgimento de um terreno em disputa pelo poder do Estado, não meramente mobilizações para conquistar reivindicações econômicas, ainda que essas bandeiras possam ser detonantes. É o momento em que entra em disputa o poder do Estado como conjunto de aparatos com exercício da hegemonia por outro setor ou classe social.

Na Argentina atual, é evidente a complexa trama de contradições entre distintos setores capitalistas dentro dos grandes proprietários (de capital agrário-latifundiário, industrial, comercial exportador e importador e o capital bancário, ainda que com mais propriedade para um setor deles deveríamos falar de capital financeiro no sentido leninista do termo).

Na atualidade, a forma que adota a crise política é contudo limitada a conflitos entre dois projetos da burguesia, expressos em diversos partidos que não conseguem logram conciliar um caminho de unidade. Os dois projetos compartilham em última instância os mesmos objetivos: manter o sistema de exploração capitalista, mas uns através da obtenção de suas rendas corporativas de maneira imediata e o máximo possível ainda que ao custo do agravamento da miséria social e do risco de criar ingovernabilidade, com disposição para a repressão; e outro que coloca que o Estado deve regular a distribuição dos substanciosos excedentes da produção e da exportação para evitar males maiores como poderiam ser situações de ingovernabilidade e instabilidade. Este último é o projeto do governo atual que tenta com seu discurso e poucas ferramentas jurídicas manter superávit fiscal e sólidas reservas no Banco Central da República Argentina. O Estado necessita aumentar a apropriação do excedente da produção e comercialização de commodities que produzem enormes dividendos aos grandes capitalistas, recursos que derivariam para o financiamento de políticas públicas com as quais manteria os níveis de emprego e o poder aquisitivo para controlar a tendência de baixa do mercado interno. Em suma, obter recursos para enfrentar as graves conseqüências que traria a queda como uma torre de cartas das estruturas do comércio mundial e o agravamento dos conflitos sociais.

As agudas contradições inter-burguesas dos anos 1973 e 1974 (ANTOGNAZZI: 1997c) e o avanço das lutas populares e revolucionárias criaram um clima de instabilidade política crescente, aprofundada pelas ações todavia desordenadas e sem estratégia clara de unidade do campo popular. Essa conjuntura se resolveu momentaneamente com o triunfo de um setor que se apropriou dos mecanismos de poder do Estado, produto de uma nova estratégia que combinou o terrorismo, as especulações financeiras, os mecanismos do endividamento interno e externo do Estado e a preparação para estar em condições de conseguir a apropriação privada dos territórios econômicos que antes pertenciam ao estado-nação, fato este último que se concretizaria a partir de 1989 e continuou durante o segundo governo de Carlos Menem, e o de La Rúa.

Certos grupos econômicos transnacionais se apropriaram de espaços econômicos / políticos estratégicos (exploração agrária, comunicações, energia, pesquisa tecnológica, transportes, etc). A venda de empresas do Estado, estratégicas e rentáveis que foram caindo em mãos do capital monopólico local em negócios com capitais estrangeiros, foi possível por uma virtual e momentânea aliança entre ambos os setores, (financeiros nativos e estrangeiros) e a anuência de equipes governantes que o fizeram possível pela via das instituições legais e pelas vias ilegais. Sem esquecer a aguda competição interna entre os diversos grupos interessados. Esta aliança foi efêmera. O fenomenal processo de

concentração foi liquidando quase totalmente o capital nativo agrário, industrial e bancário que vendeu seus ativos a grupos transnacionais, ficando mais exposto o mecanismo de sucção tipicamente imperialista.

É indiscutível que essas manobras expressam que se modificou a forma do Estado ao passar de estado-nação para ser escritório dos grandes grupos financeiros. É uma mudança qualitativa e ao mesmo tempo quantitativa em relação com uma crise mais profunda da qual o pico máximo até agora foi dezembro de 2001. Ainda assim estes grupos econômicos têm o poder material e exercem pressões políticas sobre o governo e chegam a penetrar com suas corporações nos âmbitos legislativos nacionais e provinciais. Seus movimentos são políticos e expõem, por si mesmos, um dos tantos aspectos da crise no plano do político, já não apenas crise dos partidos, mas crise do poder do Estado entre duas frações da burguesia.

Em parte a partir do governo de Néstor Kichner (2003) e de Cristina Fernández de Kichner (2007) se modificou parcialmente a tendência neoliberal e privatista ao realizar algumas nacionalizações (Correio, Águas, Aerolíneas), ainda que cedendo em áreas petrolíferas e mineiras e sem tocar nas grandes concessões portuárias e aeroportuárias, energia, estradas de ferro, entre outras.

Diversos processos (manifestações massivas, formas originais de organização popular como assembléias populares, tomada e recuperação de fábricas falidas ou abandonadas por seus donos, organizações de bairro ou temáticas, etc.) não afetam ainda o poder do Estado, ainda que lhe obriguem a levar em conta estas reivindicações, para evitar situações de ingovernabilidade.

Não está em jogo AINDA a batalha pelo poder do Estado. O povo segue concedendo consenso aos representantes do poder financeiro através dos partidos políticos tradicionais ou algumas alianças ocasionais porque não conta ainda com uma organização própria que dispute as eleições e possa mudar a correlação de forças como para dar o salto qualitativo que possa se expressar em uma nova assembléia constituinte popular.

Agregando outros elementos teóricos

Dizíamos mais acima que não há uma forma única de crise política. A mais profunda é a que alcança o nível de “crise revolucionária”, quando o que está em disputa é o poder do Estado por outra classe social ou por outra aliança de classes, com interesses antagônicos, ao ponto de por em questão toda a formação econômico-social e, portanto, o modo de produção.

Junto ao jogo das contradições econômicas e sociais e particularmente nos momentos de crise passa a operar mais significativamente a consciência - o plano subjetivo da sociedade - como elemento produzido pela sociedade em seu movimento e a partir de onde é possível planejar e colocar em prática as transformações previstas. Este plano também é contraditório. Sem essa força subjetiva, cuja gestação não é linear nem mecânica, ainda que existindo condições materiais que exijam as transformações, estas não se realizam.

A crise política reflete uma disputa agravada de interesses enfrentados no seio do Estado. Este salto qualitativo se esconde atrás da “guerra do século XXI”. A crise se dá quando essas disputas de interesses não podem se manter no nível de harmonização ou acordo com alianças políticas sólidas e perdem o consenso que haviam logrado em setores populares. Este crescente enfrentamento não é linear nem alimentado exclusivamente a partir de dentro. É incentivado pelas demandas de outros setores sociais que vão advertindo que necessitam criar aparatos de poder próprios para resolver seus problemas.

Avizinha-se uma crise política quando a sociedade caminha como que por um caminho pedregoso. Distintos setores pressionam em sentido oposto, em geral com pouco senso de oportunidade e no caso do povo, com carência de intelectuais que propiciem conhecimentos verdadeiros da profundidade do processo histórico em curso. Pois bem. Estas experiências não resultarão por si mesmas em elementos suficientes para desencadear uma crise revolucionária se não se agudizam os enfrentamentos no seio do poder e se não chega a se constituir um campo político popular onde opere a consciência da necessidade do poder conjuntamente com a criação de alguma ferramenta que seja uma força material para disputar-lo. De todo modo, esse momento, essa conjuntura, esse salto qualitativo “é uma arte”, pois apesar de contar com um arco de possibilidades, **a conversão da possibilidade em realidade depende de muitíssimos fatores**, dos quais muitos são incertos. Aqui resulta totalmente necessária a remoção de concepções deterministas, simplistas, que puderam pressupor que a história já vem feita e que é questão só de esperar que os processos amadureçam e se cumprirão os desejos. A incerteza é parte da história.

Quando o processo de concentração do capital vai produzindo expropriação de outros setores burgueses, de seus capitais, mas também de seus espaços de poder; quando a burguesia financeira não é capaz de sustentar toda a classe burguesa, crescem as condições para a crise política dentro da classe, pois se ampliam as contradições que se mantinham limitadas até então.

A crise política que estamos definindo não é, como dizíamos antes, uma mera mudança de governo. É uma crise total do Estado, que em princípio apresenta uma aparente coerência, mas se rompe quando o jogo que permitia obter consenso é descoberto pelos setores sociais que estavam fora do poder.

A crise política provoca uma crise de representatividade. São colocadas em evidência as formas de democracia burguesa, e todas as instituições do sistema político: o Congresso, a Justiça, os sindicatos, as Forças Armadas, a polícia, a igreja, a escola, os meios de comunicação, os partidos políticos. Generaliza-se a falta de confiança de amplos setores da população nas instituições, o rechaço às formas da política tradicional e a falta de respeito às figuras representativas das mesmas.

“Em um certo ponto da vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam

e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas..., ou porque amplas massas... passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de "crise de autoridade": e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto" (...) "A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de um grupo social sob uma só direção, considerada a única que capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal.". (GRAMSCI: 2000, p. 60-61).

Voltando à América Latina

É inegável que estamos diante do limiar da maior crise política na América Latina no compasso da crise do capitalismo mundial. Mas a história não está predeterminada. Os "novos proprietários" disputam entre si territórios econômicos e financeiros, os estados nacionais foram arrasados e tentam se reconstruir depois das nefastas conseqüências da década neoliberal para os povos. Os povos estão buscando soluções. Ainda assim, não é possível prever que o processo vai se desenvolver sereno e decididamente nessa direção. O povo estará em condições de ter poder para construir novas formas de Estado, para mantê-lo e para defendê-lo? Há casos em que esse processo já está mais avançado, com a construção de caminhos de poder popular.

Na medida em que foram implementadas políticas de corte neoliberal, aumentou a irracionalidade do capitalismo, e foram ineficazes os mecanismos institucionais (institucionalizados) para reduzir as tensões de uma competição agudizada e as conseqüências sociais da concentração do capital e do poder político em menos mãos. As formas repressivas a que se recorre para paliar estas contradições entendidas como "desajustes" podem moderar ou retardar momentaneamente a explosão da crise em nível político. A burguesia trata de

evitá-lo porque há experiências que lhe mostram a qualidade dos processos históricos e porque tem experiência em usar mecanismos de controle e desvio dos mesmos, como são os “golpes de mão” e os golpes de Estado.

Os golpes de mão se encontram no âmbito do sistema institucional, político e social, onde os representantes escolhidos eleitoralmente, estabelecem pactos e acordos entre si, constituindo movimentos rápidos que conseguem modificar o equilíbrio baseado na representatividade entre forças políticas, decapitando alianças de classes (...). Em geral se visualiza golpe de Estado apenas quando um bloco no poder é desalojado de funções de governo, e não se percebe os golpes de Estado levados a cabo pelo parlamento contra o proletariado ou contra a aliança de classes favorável a seus interesses (BALVÉ: 1995, p.33)

Quando isto foi escrito não tinham sido produzidos ainda os “golpes midiáticos”, os chamados “golpes suaves” ou formas de golpes contra governos democraticamente eleitos como o recente caso de Honduras, tentando simular que se tratou de uma medida “democrática” e não de um golpe de Estado dado pela oligarquia usando o aparato militar do Estado. A resposta unânime de governos da região caracterizando como golpe de Estado o que pretendiam fazer passar como recurso da democracia, e defendendo o retorno do presidente constitucional do país ao governo, dão conta das novas forças nascentes. Ainda que não existam forças capazes de tomar as rédeas da política a nível mundial como referentes de toda a humanidade em salvaguarda do planeta e sua gente, houve capacidade política desta vez para fazer expressar corretamente aos organismos internacionais como as Nações Unidas e a OEA. E esse fenômeno novo também é parte da crise política. Com isto reafirmamos que a crise não é apenas catástrofe e queda, senão possibilidade do novo.

É possível sair da crise sem resolver a questão da transformação radical da sociedade, que implica na mudança do poder do Estado como condição para a transformação nas relações de produção, ou seja, o fim das relações capitalistas de produção e dos processos transnacionais imperialistas que geraram? Acabariam as crises?

As formas das crises são históricas, portanto se são produto histórico, da mesma forma mudarão seu conteúdo, na medida em que mudem as condições que as produzem. Aqui valem aquelas observações de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, tachadas hoje de antiquadas por certa intelectualidade da moda, mas que tem total vigência: quando chegarem a desaparecer as contradições entre as classes antagônicas, a humanidade terá abandonado a pré-história para entrar na história. Isto significa não o fim das contradições, nem o fim das crises, menos ainda o fim da história, mas o advento de novas formas da transformação da sociedade. Por mais grave que seja a crise atual, a classe no poder, e mais precisamente o setor da mesma que tem os aparatos do Estado a seu serviço, encontrará “soluções” ainda que sejam apenas temporárias, enquanto o conjunto do povo não tenha criado seus próprios instrumentos para resolver esta crise particular que é a crise do capitalismo monopolista, a crise do

imperialismo e a abertura para a POSSIBILIDADE de novas e superiores formas de organização das sociedades. Esse não é nem mais nem menos que o desafio atual da sociedade humana, e não apenas do povo da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOGNAZZI Irma (1997 a) "De los 60 a los 80: buscando criterios de periodización". In: **Argentina, raíces históricas del presente**. Grupo de Trabajo Hacer la Historia. Facultad de Humanidades y Artes, UNR.Rosario. Argentina. p. 25-38.

_____ (1997 c): "Tensiones dentro de la burguesía nacional". In: **Argentina, raíces históricas del presente**. Grupo de Trabajo Hacer la Historia. Escuela de Historia, Facultad de Humanidades y Artes, UNR. p. 69-92.

_____ (1997/1998 d). **Forma política de la crisis en la Argentina actual**. *Anuario*. Nº 18. Segunda Época. Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Argentina. p. 131-146.

_____ (1998) "Analizando conceptos: imperialismo y globalización". *Revista Historia Regional*. Nº 16. **Instituto Superior del Profesorado Nº 3**. Villa Constitución. Provincia de Santa Fe, Argentina. Agosto. p.23 a 53.

_____ (2002) "La dictadura financiera desenmascarada: la posibilidad de la democracia popular". In **Herramienta. Revista de debate y crítica marxista**. Buenos Aires. Otoño. p.59-69.

ASBORNO Martín (1992). **La moderna aristocracia financiera**. El Bloque Editorial. Buenos Aires.

_____ (1995). **La aristocracia financiera**. El proceso de reforma del estado y los territorios económicos en Argentina. Serie Estudios, Nº 78. Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales. CICSO Buenos Aires.

ATTALI, Jacques Attali.(1979) **El orden por el ruido**. El concepto de crisis en teoría económica. In VVAA (1979) *El concepto de crisis*. Ediciones Megápolis, Buenos Aires. p. 159-184.

BALVÉ, Beba (1995). "Golpe de estado y clase obrera. La noción de crisis y transición en un análisis de situación". In ANTOGNAZZI, Irma y FERRER, Rosa (1995) **Del rosario a la democracia del 83**. Grupo de Trabajo Hacer la Historia. Escuela de Historia Facultad de Humanidades y Artes. UNR.p. 31-45.

BIGGOT, Luis Antonio (2005). **Estrategia de los EEUU para América Latina**. Documentos de Santa Fe y Plan Colombia. Caracas. Venezuela, 2005.

BORON, Atilio (2006). **Reflexiones sobre el poder, el estado y la revolución**. Editorial Espartaco, Córdoba, Argentina.

BROCHIER, Hubert.(1979) "Realidades e ilusiones en la regulación estatal de la actividad económica. La crisis como necesidad y como política". En VV.AA *El concepto de crisis*. (1979) Ediciones Megápolis, Buenos Aires. p. 135-158.

GRAMSCI, Antonio (1971) *La política y El estado moderno*. Instituto Gramsci, Roma. Ediciones Península. Barcelona. [Gramsci, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere: Volume 3 – Notas sobre o Estado e a Política – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*].

IZAGUIRRE, Inés (1995). "Pensar la guerra. Obstáculos para la reflexión sobre los enfrentamientos en la Argentina de los '70'". En ANTOGNAZZI, Irma y FERRER, Rosa (org.). *Del rosario a la democracia del 83*. Grupo de Trabajo Hacer la Historia. Escuela de Historia Facultad de Humanidades y Artes. UNR .p. 117-133.

KATZ, Claudio (2009 a) "América Latina frente a la crisis global". *Textos de Ciências Sociais*. La Haine, enero 2009. www.lahaine.org/katz

_____ (2009 b). "Crisis, Estados Unidos y América Latina". *Observatório Social de America Latina*. Buenos Aires, CLACSO. Año X. N° 25. Abril.

LENIN, V. (1973 a) "El imperialismo, etapa superior del capitalismo. Ensayo popular". In *Obras Escogidas*. Editorial Cartago. Buenos Aires Tomo III . p. 373-495

_____ (1973 b) "Tres crisis" (1917) p. 199-203; "La crisis ha madurado" (1917) p. 434-442; "La bancarrota de la II Internacional" (1915) p 223-278; "Las enseñanzas de la crisis" (1916) p. 67-70 . In: *Obras Escogidas*. Tomo IV. Editorial Cartago. Buenos Aires

MARTÍNEZ, Osvaldo (2007). *La compleja muerte del neoliberalismo*. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales.

MARX, Karl y ENGELS, Friederich (1972). *Correspondencia*. Buenos Aires: Editorial Cartago.

MINSBURG, Nahum (Coordinador) (2003) *Los guardianes del dinero*. Las políticas del FMI en la Argentina. Grupo Editorial Norma. Buenos Aires

PINILLA DE LAS HERAS (1988). *Crisis y anticrisis de la sociología*: Una introducción a la problemática sociológica. Barcelona: Barcanova. Temas Universitarios.

PRIGOGINE, Ilya.(1993) *El nacimiento del tiempo*. Tusquets Editores. Barcelona. Metatemáticas 23. 2ª edición.

_____ (2004) *¿Tan sólo una ilusión? Una exploración del caos al orden*. Tusquets Editores. Barcelona. Metatemáticas 3.

PORTANTIERO, Juan Carlos (1973) "Clases dominantes y crisis política en al Argentina actual". *Revista Pasado y presente*, Córdoba, Argentina Número 1 (nueva serie). Año IV abril / junio.

SOROS, George (1999). *La crisis del capitalismo global*. La sociedad abierta

en peligro. Editorial Sudamericana, Buenos Aires.

VILAR Pierre (1982). ***Iniciación al vocabulario del análisis histórico***. Grijalbo, Barcelona 4^o edición.

VVAA. (1976). ***Economía política del capitalismo***, Editorial Orbe, La Habana.

VVAA. (2007) ***América Latina hacia su segunda independencia***. Memoria y autoafirmación. Gobierno de Buenos Aires, Argentina, 2007.